

“Os estudantes ainda estão famintos!”¹: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil

“Students are still hungry!”: Daring, occupation and resistance of high school students in Brazil

Denise N. De Sordi²

Universidade Federal de Uberlândia - Brasil

Sérgio Paulo Morais³

Universidade Federal de Uberlândia - Brasil

RESUMO

O movimento de ocupação das escolas pelos estudantes do Estado de São Paulo iniciado no ano de 2015 promoveu a abertura de um novo campo de possibilidades na experiência política brasileira. A partir da reivindicação de pautas sobre a política institucional da educação formal, entre a construção de espaços de autonomia e liberdade nas escolas com as ocupações, o movimento dos estudantes permitiu notarmos a emergência de diferentes formas de relações políticas do cotidiano envolvendo a participação política e a construção de novas práticas sociais. Ao analisar este movimento buscamos interpretar sua influência e possibilidades para novas formas de consciência e ação política que surgem a partir da emancipação ou reorganização de movimentos historicamente articulados em torno de práticas e metodologias políticas ambientadas no sindicalismo, partidos políticos e em movimentos sociais organizados.

Palavras – chave: Educação. Movimento Estudantil. Ocupações de escolas.

ABSTRACT

The movement of occupation of schools by the São Paulo state students started in 2015 promoted the opening of a new field of possibilities in the Brazilian political experience. From the patterns of claim on the institutional policy of formal education, including the construction of spaces of autonomy and freedom in schools with the occupations, the movement of students allowed to note the emergence of different forms of everyday political relations involving political participation and the construction of new social

1 Trecho de entrevista de estudante à: GOMBATA, Marsílea. “Estudantes ainda estão famintos”, diz secundarista de escola técnica em São Paulo. Carta Educação. Publicado em 6 de maio de 2016. Disponível em <<http://www.cartaeduacao.com.br/entrevistas/estudantes-ainda-estao-famintos-diz-secundarista-de-escola-tecnica-em-sao-paulo/>> . Acesso em 10 maio de 2016.

2 Mestre em História Social. Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (MG) – Brasil. Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Bolsista CAPES – PDSE no Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa/Portugal. Contato: denisends@me.com

3 Doutor em História, professor dos cursos de graduação e pós-graduação em História (INHIS.Linha: Trabalho e Movimentos Sociais) e do programa de pós-graduação em Educação (FACED. Linha: Trabalho, Sociedade e Educação) ambos da Universidade Federal de Uberlândia.

practices. By analyzing this movement we seek to interpret their influence and possibilities for new forms of consciousness and political action arising from the reorganization or emancipation movements historically organized around practices and policies acclimated methodologies in unionism, political parties and organized social movements.

Key words: Education. Student Movement. Occupations schools.

Introducción

Um cartaz com a frase “Podem acabar com a nossa verba e não com o nosso verbo” (Donato, M. 2015) refletia a dimensão da luta dos estudantes secundaristas que teve início no mês de outubro de 2015, quando o governo do Estado de São Paulo anunciou, sem diálogo prévio com as comunidades afetadas, o programa de Reorganização Escolar que previa o fechamento de dezenas de escolas e a unificação de ciclos de ensino sob o argumento de que “Alunos em escolas de ciclo único aprendem mais” (Secretaria da Educação...).

Os estudantes se mobilizaram em manifestações nas ruas de São Paulo com a reivindicação de abertura do diálogo entre a Secretaria Estadual de Educação, o governo e a comunidade escolar. Sem retorno alteraram sua estratégia e iniciaram a ocupação de suas escolas no início do mês de novembro e em poucos dias cerca de 220 escolas foram ocupadas na capital e em cidades do interior.

O movimento de ocupação das escolas impôs a construção de uma nova dinâmica, na qual os estudantes reivindicaram a participação ativa nos debates e nas decisões sobre os rumos da educação pública nos espaços institucionalizados, “*agora os alunos têm voz*” (Oliveira, 6 dez., 2015, Nós mulheres da periferia) “*Foi a primeira vez que pudemos mudar as coisas*” (Oshima; Gorczeski, 04 dez. 2015, Época) afirmaram estudantes em entrevistas à imprensa.

Ao expressarem publicamente suas demandas imprimiram novas faces às lutas sociais pautadas na educação. Após alguns dias, as questões iniciais foram transformadas em práticas de luta.

“Depois de tudo isso que está acontecendo a gente não vai mais aceitar certas coisas. Aprendi a fazer as coisas no coletivo, a pensar que não é só o eu, que não é só o meu. Isso é política na prática” (EIROA, 04 dez. 2015, Trip)

Há aqui um ponto de virada para os estudantes e de inflexão aos profes-

sores e pesquisadores frente aos processos educativos. Principalmente a partir do período da abertura democrática no país debates em torno da importância do acesso universal às escolas e ao ensino formal contribuíram para criar expectativas de que a organização docente seria um ponto chave para mobilização social e para a formação de cidadãos com senso crítico. Assim, mesmo considerando relações construídas entre “professores” e “alunos”, os docentes seriam os responsáveis por transformar a educação e conseqüentemente a atitude dos estudantes frente à ideia da importância da mesma como processo libertador da formação humana.

No entanto, nas recentes manifestações, a experiência social discente foi posta em cena como elemento mobilizador da educação e dos docentes. A rede “Jornalistas Livres”⁴ acompanhou o trabalho de alguns estudantes na volta às aulas das escolas e em suas reportagens foi possível notarmos traços de tais experiências que indicam para a formação de outras consciências sociais,

(...) com o objetivo de unir e fortalecer o movimento, pequenos grupos de alunos de diversas escolas passaram a visitar outros colégios, a compartilhar as experiências que tiveram antes e após o levante para os que não haviam participado das ocupações e dos protestos nas ruas. Uma forma de mostrar que os problemas presentes no ensino não eram isolados, mas vivenciados pela maioria frequentadora da rede estadual. (...) Na aula de Filosofia, um aluno, que não havia participado do levante secundarista, indagou sobre a finalidade da proposta do grupo: “por que mudar agora se ninguém ligava para a escola antes?”. Com a fala firme, um dos interventores explicou: “toda a revolução tem um estopim, o nosso estopim foi a reorganização. Todo mundo já estava indignado com o que estava acontecendo e de repente empurraram a reorganização para gente. Eu nunca pensei que estaria no Kopke hoje, eu sou de outra escola, e estamos todos juntos pela mesma causa. Onde eu estudo era muito difícil ter consciência política, o diretor ficava vigiando os professores de Sociologia e Filosofia porque eles são militantes”. (Jornalistas Livres, 22 fev. 2016, Jornalistas Livres)

O espaço conquistado pelos estudantes com as manifestações passou pela inversão, não apenas metodológica, de sua condição passiva a uma condição ativa em um espaço de liberdade diante das demandas do sistema de ensino: “*A gente deveria escolher o nosso diretor*”; “*Por que não escolher as matérias que a gente quer ter ou por que não ter aulas diferentes?*” E; “*São vários portões até a gente chegar à secretaria [da escola], não era para a*

⁴ Jornalistas Livres. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/> >

gente ter acesso?” Apontaram estudantes ao Jornalistas Livres (Jornalistas Livres, 22 fev. 2016, Jornalistas Livres).

Na década de 1990 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência foi levado a cabo o projeto do “público não-estatal”, como pontua Lalo W. Minto, com a contribuição de grupos como o Banco Mundial, o FMI e a UNESCO foram iniciadas, dentre outras, as reformas educacionais tendo como principais diretrizes,

1) focalização do gasto público no ensino básico, com ênfase no ensino fundamental; 2) descentralização do ensino fundamental, o que vem sendo operacionalizado através do processo de municipalização do ensino; 3) estímulo à privatização dos serviços educacionais e à criação de verdadeiras indústrias em torno das atividades educacionais; 4) ajuste da legislação educacional no sentido da desregulamentação dos métodos de gestão e das instituições educacionais, garantido ao governo central maior controle e poder de intervenção sobre os níveis de ensino (através dos sistemas nacionais de avaliação e fixação de parâmetros curriculares nacionais, por exemplo), mas sem que ele mesmo participe diretamente da execução dos serviços. (Minto, Lalo W., 2006)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), podem ser interpretados como expressão deste movimento de reformas, apesar de contemplar e assegurar determinadas demandas (principalmente com as remodelações posteriores na década de 2000) deixa a interpretação à responsabilidade de gestores envolvidos com a política econômica e pouco espaço para que os estudantes fossem ouvidos, ou sequer consultados sobre os processos educativos em geral.

O que se registrou recentemente no movimento secundarista, foi a ação contra o fechamento de salas para manter o trabalho docente e a permanência física das escolas, porém, os estudantes secundaristas abordaram dimensões que não estavam no conjunto das intenções corporativas em greves anteriores. Maria Ondina Vieira Ferreira ao discutir a condição de classe dos professores da rede pública acompanha o desenvolvimento de embates e propostas de luta desses a partir da categoria “proletarização”. De acordo com ela,

(...) desde as últimas décadas do século XX, vimos assistindo a modificações substanciais nas formas de gestão dos sistemas educacionais, que repercutem sobre a organização e divisão do trabalho docente. (...) Para muitos analistas, deparamo-nos com um fenômeno de proletarização, que apresenta relações com a

perda de status social e a pauperização da categoria. Ao mesmo tempo, quanto mais se amplia o sistema de ensino e mais se ‘proletariza’ a categoria, mais se reivindica a profissionalidade de atividade realizada, num intento de refrear o processo e reconquistar o status perdido. (Ferreira, 2006; 227)

Nas ocupações e manifestações de rua, professores e estudantes se colocaram em diversos momentos como agentes de um processo que envolveu questões sindicais e mudança nas condições das escolas. Pois, até então, as greves docentes, reacquecidas após a Constituição de 1988, em sindicatos que nasceram em consonância com outras associações de trabalhadores (metalúrgicos, bancários etc.), seguiram o padrão “paradista”. Interrompendo as aulas e as atividades escolares, tal como se interrompia a produção de algum ramo industrial.

A respeito de tal dinâmica, Maria Ondina Ferreira indica-nos o sugestivo texto de Arroyo, escrito em 1979. De acordo com ela,

Trata-se do artigo “operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? ”, que encabeça a revista em cuja capa destaca-se a associação EDUCADOR=TRABALHADOR. Nesse texto, o autor pretendeu sistematizar algumas posições, encontradas na prática mobilizatória dos docentes e na pesquisa educacional, a respeito da nova identidade docente. (Ferreira, 2006; 230)

Em 2015 o movimento iniciado nas escolas de São Paulo, por “novíssimos personagens”, remodelou os sentidos anunciados nos anos 1970 e 1980, tais como “articulação entre a categoria dos docentes e demais trabalhadores”, para “lutar contra a escola burguesa” (Ferreira, 2006; 230).

Nesse ínterim, a atuação dos meios de imprensa, pertencentes a monopólios midiáticos (Moraes, 2013), além de registrar o passo a passo das mobilizações, exerceu o papel de desmoralização do movimento. Ao cobrirem as manifestações trataram de esclarecer e analisar os motivos pelos quais estudantes estariam se mobilizando em torno da pauta da educação. Em contexto de justificativas à reorganização escolar o movimento dos estudantes foi apresentado como um “grande mal-entendido” entre as partes, devido às estratégias de comunicação mal executadas pelo governo,

(...) A decisão do governador Geraldo Alckmin de aproveitar o movimento para criar escolas de ciclo único para melhorar a qualidade da educação encontra respaldo em pesquisas e na experiência de diversos países. Nenhum desses fatores foi suficiente

para amortecer o impacto da barbearagem que o governo de São Paulo cometeu na condução do processo: não discutiu o projeto de forma ampla e transparente com estudantes, famílias e professores. Ao subestimar a importância de se comunicar com os alunos, o governo colocou em xeque a legitimidade de uma mudança que poderia melhorar a educação básica do país (...). (Oshima; Gorczeski, 04 dez. 2015, *Época*)

A narrativa em torno do movimento de ocupações retratou os estudantes como jovens e inexperientes para lidar com temas ligados a política, se até então eram tratados como desinteressados pelas escolas e pelo ensino, ao agirem, passaram a ser deslegitimados e sua ação foi vista como fruto de influência por ideias de movimentos sociais com pautas populares,

(...) que ocupa a escola Moacyr Campos, a Mocam, na Zona Leste de São Paulo, faz parte do time de estudantes que encontrou na reorganização um pretexto para reclamar melhorias gerais no sistema de educação. Ela fez seu primeiro contato com um movimento popular durante as manifestações de 2013. “Eu estava lá na frente quando estourou a pancadaria” (...). (Oshima; Gorczeski, 04 dez. 2015, *Época*)

É importante destacarmos o posicionamento estratégico, que se repete em diversas notícias, na narrativa sobre o “pretexto” não para se reivindicar, mas para se “reclamar” melhorias gerais no sistema de educação. Tais detalhes que podem se desdobrar em debates e posicionamentos públicos são interessantes de serem notados, pois no desenrolar do processo de manifestações e ocupações os estudantes desenvolveram várias estratégias para lidar com determinados enfoques atribuídos pela imprensa às suas falas em entrevistas.

Ao priorizar as redes sociais para comunicar as demandas e objetivos do movimento nas escolas⁵ os estudantes conquistaram nova visibilidade para suas pautas, expondo as versões originais de suas entrevistas que foram cortadas. Vale como exemplo uma entrevista ao vivo na qual uma estudante é indagada sobre o tempo que os estudantes pretendem ficar na “invasão”. Ela responde “primeiramente eu gostaria de corrigir não é invasão é ocupação”, assim termos e estratégias previamente discutidas foram sendo comunicados à esfera pública.

A utilização de redes sociais, aliada as estratégias de publicar fotos das

5 Neste aspecto, dentre muitas outras páginas na internet, o perfil no Facebook “Não fechem minha escola”, seguido por aproximadamente cento e setenta mil usuários reúne enorme quantidade de vídeos, depoimentos e outros conteúdos publicados por estudantes de vários Estados. Perfil disponível em: <<https://www.facebook.com/naofechemminhaescola/timeline>>. Acesso em 4 mar. de 2016.

ocupações, não serem entrevistados sozinhos, não responder aos questionamentos dos repórteres, mas, sim, informar apenas assuntos pré-discutidos – aproveitando a visibilidade de grandes veículos e a utilização da técnica de repetição em coro para ler comunicados permitiu autonomia aos estudantes nas formas de transmitir suas pautas, ao mesmo tempo em que os protegia de possíveis represálias por parte do governo estadual ou da Polícia Militar.

Em algumas publicações da imprensa notamos a mudança na utilização de termos para descrever alguns fatos, dentre outros; ao invés de “invasão” “ocupação”; ao invés de “liderança” “comando/representação/porta-vozes”; nos casos de violência policial nas manifestações ao invés de “confronto” “massacre/repressão”. Tais alterações já haviam começado a serem cobradas publicamente pelos jovens nas jornadas de junho de 2013 e pareciam se concretizar com o movimento de ocupações das escolas.

Sejamos coerentes: a polícia reprime manifestantes. E não entra em confronto com eles. A não ser que estejamos falando de manifestantes que sejam bandidos de alta periculosidade capazes de enfrentarem a polícia. Estudantes só conseguem, no máximo, correr dela. Isso quando as tiras das havaianas não soltam no meio do caminho. (...). Mas nós já não podemos ignorar a grande diferença entre confrontar e reprimir. (ROSSI, Marina. 02 dez. 2015. El País – Brasil)

O espaço das ocupações veiculou fortemente a discussão de pautas como o machismo, o preconceito e a corrupção. Destas observamos desdobramentos como o manifesto das estudantes em Porto Alegre contra a determinação do comprimento dos shorts na escola, depoimentos de estudantes LGBT e negros que sofrem preconceitos diários passaram a circular com maior adesão na internet e os desvios de verbas da merenda escolar (com o apoio das torcidas de futebol organizadas), conhecidos como “máfia da merenda” emergiram dentre tantas outras pautas,

A Quadrilha do Merendão especializou-se em vender suco de laranja às escolas do estado e prefeituras de São Paulo por preço superfaturado. Um negócio lucrativo feito por meio de uma cooperativa agrícola que deveria adquirir o produto de pequenos agricultores, mas comprava de grandes empresas para baixar custos e inflar os ganhos em contratos fraudados com o poder público. (BEIRANGÊ, Henrique. Carta Capital, 28 fev. De 2016)

Em 2016 manifestações contra a reorganização e pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em torno da pauta da máfia

da merenda promoveram uma série de novas manifestações nas ruas da cidade de São Paulo e um destes atos, no dia 28 de abril, terminou com a ocupação do Centro Paula Souza que administra o funcionamento das Faculdades Técnicas (FATECs) e das Escolas Técnicas (ETECs) do Estado de São Paulo, pela construção de bandejeões gratuitos e vale alimentação em todas as escolas estaduais.

No dia 6 de maio os estudantes sofreram violenta reintegração de posse mediante a ausência do Secretário da Segurança Pública, do Conselho Tutelar e da proibição pela Polícia Militar da presença de advogados, imprensa e apoiadores. A reintegração já havia sido decretada, porém com a determinação - é preciso relevar; inédita, da não utilização de armas letais ou menos letais pela Polícia Militar, condição considerada “abusiva” pela Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP) e que foi derrubada judicialmente para o cumprimento da desocupação pelos argumentos que constam em nota da Assessoria de Imprensa e Comunicação da SSP-SP,

A SSP esclarece que o Tribunal de Justiça manteve a reintegração de posse no Centro Paula Souza, que será cumprida no momento adequado, quando afastadas duas condições abusivas e ilegais fixadas pelo magistrado da Central de Mandados, em total desrespeito à Constituição Federal e ao Princípio da Separação de Poderes.

O estabelecimento de condições extravagantes sem qualquer fundamento legal para o cumprimento de ordem já autorizada pelo juiz natural da ação possessória (14ª Vara da Fazenda Pública) e confirmada pela 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça pode gerar riscos no momento de retirada dos invasores.

A análise sobre a necessidade ou não de porte de armas, inclusive não letais, deve ser feita pela Polícia Militar, para garantir a integridade dos próprios manifestantes, como forma de mitigar atos mais enérgicos ou que possam ocasionar maior dano às pessoas e segue estritamente a legalidade e razoabilidade, adotando os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados por consenso em 7 de setembro de 1990, por ocasião do Oitavo Congresso das Nações Unidas e no Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 17 de dezembro de 1979.

O comando da tropa na operação não pode ser retirado sem nenhum critério constitucional ou legal da hierarquia da Polícia Militar, a quem compete o planejamento, comando e execução da operação (art. 144, CF/88) e atribuído, arbitrariamente, ao

Secretário da Segurança Pública, pois não compete ao Poder Judiciário determinar quem irá comandar a operação policial. (...) A SSP já solicitou à Procuradoria Geral do Estado que adote todas as providências cabíveis para afastar as ilegalidades, permitindo o integral cumprimento da ordem judicial. (Assessoria De Imprensa E Comunicação Da Secretaria Da Segurança Pública, 05 maio de 2016)

No dia 2 de maio os estudantes já haviam sido cercados pela Polícia Militar que invadiu o prédio do Centro Paula Souza na tentativa de re-integração sem mandado judicial para a re-integração de modo que após várias horas de invasão os policiais foram obrigados a se retirarem em posição estratégica por uma estreita saída. Durante o cerco os estudantes realizaram uma assembléia aberta para debater suas ações, o papel e o caráter da Polícia Militar frente às demandas sociais, tudo isso em meio a tensão e cercados pelos policiais da tropa de Choque.

Na dimensão dessas manifestações, no dia 3 de maio, diante da recusa do governo estadual em instalar a CPI da Merenda, os estudantes ocuparam a Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP) ao que o presidente da Assembléia Fernando Capez declarou,

(...) na manhã desta quarta-feira (4) que vai isolar o prédio, impedir a entrada e saída de pessoas e o fornecimento de alimentos e água para os estudantes que ocupam o plenário da Casa. Capez inaugurou essas medidas como parte do que ele chama de “operação saturação”, que visa “vencer os jovens pelo cansaço”. (Gabriel, T. Vaidapé, 4 maio de 2016)

Após quatro dias de ocupação os estudantes saíram da ALESP com a garantia de audiências públicas e com a conquista das assinaturas necessárias para a abertura da CPI que foi protocolada no dia 11 de maio. A saída dos estudantes se deu frente a determinação de multa no valor de 30mil reais por ocupante da Assembléia, o valor considerado abusivo pela defensoria pública do Estado foi estabelecido segundo Capez, *“porque ele tem fotos de estudantes com computadores da Apple de R\$ 20 mil e viu estudantes chegarem de carro blindado na assembléia”* (Martinelli, F. Jornalistas Livres, 6 maios de 2016).

Argumentos com esta orientação compuseram e têm composto as tentativas de desmoralização dos estudantes, inclusive, na tentativa de sujeitá-los a movimentos com dinâmicas diferentes das utilizadas pelos estudantes mobilizados; como de movimentos sociais organizados, sindicatos e partidos políticos. Um tipo de ataque que precisa ser notado pois indica mudanças no tipo de aceitação e apoio que a sociedade

tem demonstrado frente às ocupações e manifestações dos secundaristas. Conjecturamos que pelo atual sentimento de desgaste político no Brasil que tem sido ventilado (mas que carece de investigação) movimentos que se identificam a partir de demandas ligadas à experiência cotidiana das comunidades e grupos e não necessariamente de organizações têm tido maior apoio e adesão.

Nesse interím, os estudantes se utilizaram de estratégias já consolidadas para as manifestações, linguagens já conhecidas e identificáveis como expressão de “luta”. Porém, as noções de “luta” não se pautaram por aspectos interligados diretamente à “produção”, mas sim por aspectos latentes na insatisfação daquilo que estava posto e que não servia mais ou que não poderia acontecer no âmbito da vida social. Era como se o proposto fosse tão novo que a única forma de comunicar-se com o todo em volta fosse a partir da utilização de velhos referenciais⁶.

Tais desdobramentos e formas de atuação localizam os recentes movimentos secundaristas dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e de Goiás em ambiências distintas dos movimentos sociais registrados na capital paulista, e em outros tantos lugares do país, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980.

De acordo com Eder Sader (1995), os movimentos e personagens que emergiram em anos posteriores à ditadura civil-militar no Brasil se distinguiram de atores que se colocaram diretamente em conflito no mundo da “produção”. Esses “novos” criaram discursos e práticas em virtude da decadência de “matrizes” anteriores, expressadas pela Igreja Católica tradicional, pela antiga estrutura sindical (anterior ao “Novo Sindicalismo”) e pelo “marxismo” que enfrentava “uma profunda crise” que se agudizava por razão de “que os grupos que sustentava [tal matriz] vinha de uma derrota desarticuladora” (SADER, 1995; 144). A matriz marxista, de acordo com Sader (1995), trazia “no entanto, em seu benefício, um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo”. (Sader, 1995; 144)

“Com relação à elaboração cultural das necessidades” dos personagens que se colocaram em movimento nos anos 1980,

é certo que os diferentes movimentos sociais [...] tratados, en-

⁶ Vale notar o recente movimento de paralização das escolas no Rio de Janeiro, iniciado logo após o início do ano letivo de 2016 no qual estudantes e professores definiram as estratégias do movimento e ocuparam as ruas juntos, será interessante notar como o movimento se dará em uma pauta conjunta com linguagens diferentes entre professores, universitários e secundaristas da rede de ensino estadual frente a essas novas dinâmicas.

contrando-se em uma mesma sociedade, partilham de uma mesma definição daquilo que é necessário – dos alimentos que saciam a fome, do tipo de vestimenta que os abriga e os expõe, do significado da casa, dos meios de transporte, do lazer etc. É certo que, constituindo-se no campo genérico das chamadas classes trabalhadores, tais movimentos se inscrevem num conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de reprodução. Isso é compartilhado pelos clubes de mães do Grajaú, pelos movimentos dos favelados de Itaquera, pelos membros do sindicato dos metalúrgicos de Osasco. (Sader, 1995; 43)

Eder Sader indica um deslocamento do conflito social da área da produção para a “reprodução” da vida em sociedade. Porém, os campos se mantêm em diálogo e em densas relações, “operários participativos em clubes de igreja”, “mães e esposas presentes em assembleias de fábricas” etc. e as experiências e expressões políticas se faziam a partir das reivindicações de demandas concretas ao dia-a-dia.

O saneamento básico, o transporte e as creches deveriam ter presença física e constituir a malha e o contexto urbano, principalmente das periferias. Em relação à escola, Sader a percebe como espaço de conflito entre postulados Gramscianos ou Freirianos (p. 167), no inteiro de práticas de “educação popular” e alfabetização. Aonde egressos da luta armada, membro do clero e outros sujeitos, criavam, enquanto “paradigma”, uma “nova relação’ da esquerda com o seu público” (Sader, 1995; 168).

Nas palavras de Peter Linebaugh (1983; 28) “a forma organizatória e a coerência ideológica que haviam desabrochado em formas específicas” em determinado período, não poderiam “ser mantidas do mesmo modo” em outras espacialidades e em temporalidades. Cremos ser este o desafio para analisar os movimentos sociais após os anos 1990. As gerações posteriores às lutas sociais dos anos 1970/1980, enfrentam, nos dias atuais, outros desafios e buscam referenciais que fazem sentido as suas culturas e a suas próprias expectativas.

Trata-se de “eventos profundos e hemisféricos que se originam abaixo da superfície das coisas e que não estão confinados a qualquer nação em particular, surgindo sim de todos os quatro cantos do atlântico” (Linebaugh, 1983; 7)

E, atualmente, de outros oceanos. Que fazem emergir ações globais e práticas (e reivindicações) diversas, que se expressam através de “Resistências Globais”, marcadas por manifestações aos modos de Seattle (1999), Occupy Wall Street (2011), entre diversos outros.

Diferente de décadas anteriores, não há uma esquerda acionando um público estudantil brasileiro, em 2015. Não há sinais de adesão a partidos ou a disputa de cargos e de poder político institucionalizado. O movimento, nesta proximidade temporal que nos encontramos, parece identificar-se com perspectivas “autonomistas”, que buscando (via web e em acontecimentos anteriores) relações múltiplas, ocorrem em espaços físicos determinados, constituindo coletivos ou organizações horizontais (sem líderes ou representantes hierarquicamente distintos).

Se as experiências do passado ofereciam esquemas muito claros e bem de definidos de transformações social, como o modelo leninista de tomada do poder ou o modelo anarco-sindicalista da greve geral revolucionária, a realidade contemporânea mostrava que era preciso inventar novos caminhos. Havia alguns esboços teóricos interessantes, como o municipalismo libertário de Murray Bookchin ou a Economia Participativa de Michael Albert, mas neles falta a união de um projeto consistente de sociedade (como a oferecida por Michael Albert) como um processo claro de como implementar a transformação social (o que tinha bem definido). Enquanto essas interessantes teorias iam se desenvolvendo, apoiadas em pequenas experiências concretas, uma grande revolta se consolidava no México e abria todo um leque de possibilidades de renovação do pensamento e práticas do movimento social (Ryoki; Ortellado, 2004; 15).

36

Os estudantes, ao ocuparem as escolas públicas, através de rotinas básicas (limpeza, cozinha, preparação de materiais de lutas e participação em assembleias) constituíram algo próximo a que poderia ser reconhecido com “Zonas Autônomas Temporárias” (BEY, 2001).

Nesses momentos ocorreram aprendizagens distintas das que os movimentos sociais que reivindicavam a criação de estrutura urbana ou lutavam por melhoria dos meios de vida propiciavam (e propiciam) enquanto experiências.

Ao proporem uma nova dinâmica para as formas das relações sociais até então estabelecidas os estudantes informaram uma profunda preocupação em reestabelecer por meio da luta, não só as escolas, mas em suas comunidades, um direito básico que está constituído na esfera da educação. A subjetivação de sentimentos e interpretações acerca das relações que estão postas nos processos de luta não tratam apenas de reivindicar ou transformar. Mais do que as ocupações, ou contra a reorganização das escolas, os estudantes propuseram ao debate público que a escola assumira uma nova estrutura de ensino e de funcionamento.

“Quando decidimos aderir às ocupações, foi um ponto crítico. Não faríamos parte da reorganização, não iria mudar nada para nós, mas ao entrarmos muitas outras também foram ocupadas”, diz Omar. Fazia sentido. “Começamos pequenos e fomos se agigantando.” O Alves Cruz é uma escola considerada modelo em São Paulo. Nela, os níveis de ensino já são separados e há 11 turmas de ensino médio. O currículo é mais arejado. Há atividade de maracatu do baque virado, por exemplo. Mas, por melhor que a escola seja, os três jovens são unânimes em dizer que não tinham muita ideia de que o conhecimento estava muito além dos muros do colégio e podia ser construído por eles. (Nunomura, Eduardo. 7 dez. 2015, Farofafá)

As ocupações, que podem ser analisadas como um ato de radicalização no processo de luta, promoveram a abertura de um diálogo ao indicar que os estudantes têm “verbo” sobre as dimensões do ensino que demonstraram que é público, um espaço de atuação, de vivência, de sentimento e de experiência da comunidade.

“Tive uma aula de física em que aprendi em um dia mais que o bimestre inteiro”, afirma Omar. Profissionais de todas áreas passaram a ocupar, literalmente, as salas para oferecer aos alunos aulas livres de assuntos variados. Eram os voluntários da educação. Teve sexismo, feminismo, em aulas dadas duas ou três vezes por dia. Ia quem queria, e os alunos foram sem que nenhum sinal do colégio precisasse tocar. “A escola, como é hoje, não faz mais sentido. Eles nos incentivam a sermos competitivos. Educação não é competição, mas uma eterna troca”, explica Joana. (Nunomura, Eduardo. 7 dez. 2015, Farofafá)

A ação dos estudantes tem permitido notarmos as dimensões subjetivas das ações políticas. Que o político se apresenta também como de ordem pessoal e ocupa um espaço importante na experiência, na formação da consciência e da ação,

Não, a gente não quer esse projeto aqui’. E é uma mobilização que vai além do político. Atinge o pessoal. A gente começa a entender o que é o coletivo, o que é uma ocupação de verdade. E é muito importante a ligação que temos com os outros alunos, porque nós sabemos que unidos nós conseguimos muito mais do que cada um na sua escola, na sua mobilização. A mobilização conjunta, feita em coletivo, é muito mais enriquecedora, tanto para cada um, quanto para nossa luta e para o movimento.” (Santana, Henrique, Vaidape, 05 maio de 2016)

A reivindicação pelo cancelamento da reorganização escolar foi gerida

nas ocupações enquanto um espaço de debate e gestão sobre o ensino formal. Sem dogmas pedagógicos ou partidarismo os estudantes discutiram e elencaram seus próprios currículos tornando a sala de aula em um espaço de diálogo acerca de assuntos que gostariam de debater.

“Os índios vieram aqui e deram aula, eu fiquei emocionada. É essa a escola que nós queremos, que tenha discussão sobre índios, racismo, gênero e sexo”, explica Marcela. (Araújo, Hugo, 04 jan. 2016. Educação-UOL)

Quando as ocupações tiveram início, uma ação em comum nas escolas foi a limpeza física dos prédios, a reorganização da ordem das carteiras, murais informativos com as tarefas e avisos, atitudes que indicam e promovem a democratização e a horizontalização do poder no âmbito dos espaços. Assim como a descoberta de recursos guardados nas escolas, circularam em redes sociais fotos de laboratórios sendo limpos com materiais nunca vistos ou utilizados pelos estudantes ou livros didáticos escondidos dos estudantes,

Durante a ocupação, o aluno diz que foram encontrados livros didáticos guardados. “Estudo aqui há sete anos e sempre ouvi da diretoria que havia falta de material escolar. Durante a ocupação, descobrimos livros didáticos de 2000 estocados em depósitos. Acho isso chega a ser cômico para não dizer triste”, disse Otávio. (Araújo, Glauco. 02 jan. 2016, G1 – São Paulo)

38

As ocupações se utilizaram de um espaço de construção e formação de pessoas, mostrando ser possível pautar e debater as dimensões da vida social. É preciso observar as demandas colocadas e acompanhar o movimento que se seguiu a elas, pois é possível observar um movimento de disputa e não de completa ruptura, mas que ao mesmo tempo, se coloca como um movimento de transformação que afastou de suas bases a participação direta de entidades estudantis, movimentos urbanos, do campo e partidos políticos.

O verbo é “somar” – não “dirigir”. Quem se recusa a entender isso, simplesmente não compreendeu nada do que houve nas ruas de São Paulo, e do Brasil, de 2013 para cá. (...) A escola atualmente comporta três ciclos educacionais: infantil, primário e secundário. (...). “Não queremos sair daqui, gostamos muito desse lugar e queremos melhorá-lo, como já estamos fazendo”, comentou um aluno do terceiro ano durante a roda de conversa sobre mídia e ativismo. (SANZ, R. 08 dez. de 2015, Correio da Cidadania)

C. Barker em “*O movimento como um todo*”: ondas e crises investiga as características de movimentos contemporâneos e sua fragmentação [ou unidade] aliados a noção de ondas como parte de um processo relacionado às condições e relações nas quais seus atores estão inseridos.

Uma onda de protesto não se desenvolve apenas “espontaneamente”, como se estivesse em um vácuo social e político, sem encontrar nenhum tipo de resistência. Seus impulsos inovadores vão contra interesses já estabelecidos e maneiras de fazer as coisas. Uma onda de protesto crescente não implica, simplesmente, desafiar as instituições dominantes e as regras, mas também estruturas do movimento existentes, bem como as ideias a elas associadas e formas de representação e organização. Práticas estabelecidas, relações e identidades são diversos obstáculos persistentes ao crescimento dos impulsos inovadores dos movimentos. (Barker, Revista Outubro, n. 22, 2º semestre de 2014; 3)

Com a radicalização do movimento para a ocupação das escolas, da ALESP e o travamento de vias de acesso principais em São Paulo, práticas usuais dos movimentos sociais, os estudantes mantiveram sua capilaridade social, resultado diferente do que costuma ocorrer com manifestações de movimentos “organizados” – chegando a conquistar a renúncia do Secretário de Educação de São Paulo e da abertura da CPI da “Máfia da Merenda”.

Neste *movimento de totalidade* a comunidade se uniu aos estudantes não para romper ou alterar, mas para manter a possibilidade da educação a partir da negação de mudanças prejudiciais a si próprios. A luta travada pode ser interpretada não como a luta apenas contra o governador, o secretário ou a reorganização escolar em si, mas pela defesa de um cotidiano comunitário e sua mudança para melhor, talvez esse seja um dos pontos de garantia da capilaridade do movimento frente à sociedade.

(...) pai de um aluno do ensino médio da Silvio Xavier. “Aqui, todo mundo se conhece. Por que querem fechar a escola? É isso que a gente quer entender.” (ROSSI, Marina. 19 nov. 2015. El País – Brasil)

É preciso apontar a forte repressão que os estudantes enfrentaram nas ruas e dentro das ocupações, ao mesmo tempo em que o governo se mostrava em recuo à mídia milícias passaram a invadir e vandalizar os prédios. Vale notar que em 2016 notamos a intensificação do movimento dos “desocupas” nas escolas ocupadas, pais de estudantes, servidores das escolas e, em alguns casos, a Polícia Militar se reúne para invadir e retirar os estudantes de forma violenta das escolas. A perseguição, inti-

midação e o assédio compuseram o cenário de cerco na porta das escolas,

Nós, mulheres da periferia – E do que você está sentindo medo?

Marcela – Eu to com medo por que os policiais ficam me gravando pela câmera do celular deles, tinha um cara que trabalha em uma delegacia comentando minhas coisas no Facebook e eu tive que bloquear. Algumas pessoas estão me dizendo para tomar cuidado e eu já não ando sozinha na rua. Eu tenho medo de acontecer alguma coisa comigo. Eu sou pobre, sou mulher, sou negra. Então, é como se tudo estivesse contra mim. (Oliveira, 6 dez., 2015, nós mulheres da periferia)

E nas prisões arbitrárias durante as manifestações nas ruas,

A jovem relata que sofreu “tortura psicológica” no estacionamento da delegacia para onde foi levada, ainda dentro do carro da Polícia Militar. “Eles estavam gravando a gente com o celular pessoal, fazendo torturas psicológicas. Me chamaram de vagabunda, macaca, dizendo que ia cortar meu cabelo, falaram que iam pegar uma gilete para depilar minha b...”, contou. “Não chegaram a me agredir muito, só na hora da detenção que me apertaram.”(GODOY, Karina. 09 dez. 2015, G1-São Paulo)

É relevante notar que a repressão – anunciada como tática de “guerra” contra os estudantes em reunião no dia 29 nov. 2015 da Secretaria de Educação de São Paulo – foi utilizada pelo governo do Estado de São Paulo como fator de desmoralização e tentativa de virada da opinião pública em relação às ocupações e aos estudantes ao aliar suas ações à “influências” e “manipulação” externas ao movimento, em nota à imprensa, após a violenta noite do dia 09 de dezembro de 2015, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo informou,

A atitude de grupos de manifestantes deixou clara a motivação política e criminoso dessa quarta, com diversos black blocs com o rosto encoberto, integrantes da Apeoesp e pessoas ligados a partidos políticos, vestidos com camisetas da Juventude Comunista. Os agressores incitavam agressões e insultos à PM, tendo causado ferimentos em 8 policiais, que precisaram ser medicados no PS Vergueiro. (Governo do Estado..., 09 dez. 2015)

A escola, o espaço objetivo e subjetivo dos processos educativos foi colocado em disputa por diferentes projetos de sociedade. Das disputas de cunho político entre esferas governamentais notamos um cenário em que o ensino, aliado à luta política passa a ser reivindicado enquanto um espaço de liberdade.

Fecha de recepción: mayo 2016
Fecha de aceptación: julio 2016

Referências

ARAÚJO, Glauco. Estudantes limpam Fernão Dias em processos de desocupação da escola. Publicado em 02 jan. 2016 – Atualizado em 02 jan. 2016. G1 – São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2016/01/estudantes-limpam-fernao-dias-em-processo-de-desocupacao-da-escola.html>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

ARAÚJO, Hugo. “Saímos com outra cabeça”, dizem alunos de escola símbolo das ocupações. Educação – UOL. Publicado em 04 jan. 2016 (Atualizada em 04 jan. 2016). Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/01/04/saimos-diferentes-dizem-alunos-de-escola-simbolo-das-ocupacoes.htm>>. Acesso em 04 mar. 2016.

41 BARKER, Colin. Tradução de Alvaro Bianchi. “O movimento como um todo”: as ondas e crises. Revista Outubro, n. 22, 2º semestre de 2014, p.13. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-22-Artigo-01.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

BEIRANGÊ, Henrique. Merendão tipo exportação. Política. Carta Capital. Publicado em 28 fev. de 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/889/merendao-tipo-exportacao>>. Acesso em 10 maio de 2016.

BEY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad, 2001

Diário Oficial do Estado de São Paulo. DECRETO Nº 61.672, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015. Vol. 125, nº 122, São Paulo, terça-feira, 1º de dezembro de 2015.

DONATO, Mauro. O retrato dos estudantes que mudaram a cara das escolas de São Paulo. Diário do Centro do Mundo. 7 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-retrato-dos-estudantes-que-mudaram-a-cara-das-escolas-estaduais-de-sao-paulo/>>. Acesso em 04 mar. 2016.

EIROA, Camila. Quando alunos viram professores. Publicado em 04 dez. de 2015. TRIP. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/so-no-site/reportagens/a-suspensao-da-reorganizacao-escolar-e-o-que-os-alunos-tem-a-dizer.html>> Acesso em 04 mar. de 2016.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 32, n. 2, ago. 2006

GABRIEL, Thiago. Fernando Capez impõe estado de sítio na ALESP. Vaidapé. Publicado em 4 maio de 2016. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2016/05/capez-inaugura-estado-de-sitio-na-alesp/>>. Acesso em: 16 maio de 2016.

GODOY, Karina. Jovem diz que sofreu abuso sexual de PMs ao ser detida em protesto em SP. Publicado em 09 dez. 2015. G1 – São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/jovem-diz-que-sofreu-abuso-sexual-de-pms-ao-ser-detida-em-protesto-em-sp.html>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

GOMBATA, Marsílea. “Estudantes ainda estão famintos”, diz secundarista de escola técnica em São Paulo. Carta Educação. Publicado em 6 de maio de 2016. Disponível em <<http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/estudantes-ainda-estao-famintos-diz-secundarista-de-escola-tecnica-em-sao-paulo/>>. Acesso em 10 maio de 2016.

Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Segurança Pública. Assessoria de Imprensa e Comunicação da Secretaria da Segurança Pública. Nota à Imprensa. Publicado em quarta-feira 09 dez. 2015. Disponível em:< <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=36621>>. Acesso em: 07 mar. 2016

JORNALISTAS LIVRES. A escola pública que sonhamos juntxs. Publicado em 22 fev. de 2016. Jornalistas Livres. Disponível em: <<http://jornalistaslivres.org/2016/02/a-escola-publica-que-sonhamos-juntxs/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

LINEBAUGH, P. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 03, n. 06, set. 1983.

MARTINELLI, Flávia. Multa foi abusiva e Capez tentou desqualificar o movimento estudantil. Jornalistas Livres. 6 maio de 2016. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/2016/05/multa-foi-abusiva-e-capez-tentou-desqualificar-o-movimento-estudantil/>>. Acesso em 16 maio de 2016.

MORAES, Dênis. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. Publicado em 17 jul. 2013. Blog da Boitempo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

MINTO, Lalo Watanabe. Globalização, Transição Democrática e Educação (Inter)Nacional (1984...) . In: Transição Democrática (1984 – Hoje) Introdução. Navegando pela História da Educação Brasileira / José Claudinei Lombardi, Derneval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento (organizadores), - Campinas, SP: Graf. FE : HISTEDBR, 2006. (Cd-Rom). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_transicao_democratica_intro.html>. Acesso em 08 mar. 2016.

NUNOMURA, Eduardo. O que os Estudantes que derrotaram Alckmin nos ensinam. Farofafá – Carta Capital. Publicado em 07 dez. De 2015. Disponível em: <<http://farofafa.cartacapital.com.br/2015/12/07/o-que-os-estudantes-que-derrotaram-alcckmin-nos->>. Acesso em 4 mar. 2016.

OLIVEIRA, Semavat. “Minha única arma é a caneta diz Marcela Nogueira, estudante em luta. Publicado em 06 dez. de 2015. Nós Mulheres da periferia. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/minha-unica-arma-e-a-caneta-diz-marcela-nogueira-estudante-em-luta/>>. Acesso em 04 mar. de 2016.

ROSSI, Marina. A vida em uma escola ocupada que resiste a fechar as portas em São Paulo. Publicado em 19 nov. de 2015. El País – Brasil. Disponível em:< http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/18/politica/1447880834_214816.html>. Acesso em: 04 mar. 2016.

__. Não é “confronto”, é repressão. Publicado em 02 dez. de 2015 El País – Brasil. Disponível em:< http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/opinion/1449066005_159828.html>. Acesso em: 04 mar. 2016.

RYOKI, André e ORTELLADO, Pablo. Estamos Vencendo! Resistência Global no Brasil. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Henrique. ‘Nóis já tá fervendo’: O tsunami secundarista se espalha pelo Brasil. Vaidapé. Publicado em 05 maio de 2016. Disponível em: <http://vaidape.com.br/blog/2016/05/nois-ja-ta-fervendo-o-tsunami-secundarista-que-se-espalha-pelo-brasil/> . Acesso em 10 maio de 2016.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Reorganização Escolar é adiada para garantir o diálogo com comunidade escolar em 2016. Disponível em:< <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Reintegração de posse mantida. Publicado em 05 maio de 2016. Disponível em: < <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=37323>> . Acesso em 16 maio de 2016.